



## **IV Reunião do Conselho de Ministros da CPLP Cascais, 22 de Julho de 1999**

### **Comunicado Final**

• Os Ministros dos Negócios Estrangeiros e das Relações Exteriores da República de Angola, da República Federativa do Brasil, da República de Cabo Verde, da República da Guiné-Bissau, da República de Moçambique, da República Portuguesa, e da República Democrática de São Tomé e Príncipe reuniram-se em IV sessão ordinária do Conselho de Ministros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), em Cascais, Portugal, no dia 22 de Julho de 1999, e elegeram Sua Excelência o Senhor João Miranda, Ministro das Relações Exteriores da República de Angola, Presidente do Conselho de Ministros da CPLP.

Esta sessão ordinária do Conselho de Ministros contou ainda com a presença de Suas Excelências os Senhores Secretário Executivo e Secretário Executivo Adjunto da CPLP, bem como de um Representante do Conselho Nacional da Resistência Timorense, na qualidade de Observador convidado.

- Os Ministros registaram com apreço o relatório apresentado pela Presidência cessante de Cabo Verde, designadamente no que respeita ao conjunto de medidas adoptadas durante o seu exercício e pertinentes à consolidação e afirmação da CPLP.
- Os Ministros analisaram o Relatório apresentado pelo Secretário Executivo da CPLP sobre as actividades desenvolvidas no exercício 1998/1999, e registaram, com satisfação, os avanços conseguidos na estruturação interna e no funcionamento do Secretariado Executivo, assim como no que toca à afirmação da CPLP nos planos intra-comunitário e internacional e às acções para obtenção do Estatuto de Observador junto de outras organizações internacionais.
- Os Ministros tomaram nota dos projectos aprovados e executados com o apoio dos Estados membros e do Fundo Especial e congratularam-se com as importantes iniciativas e apoios de organizações da sociedade civil, fundamentalmente através da realização de eventos e projectos que muito têm contribuído para a materialização dos objectivos fixados na Declaração Constitutiva da CPLP.
- Os Ministros tomaram nota, com satisfação, da adopção de um "Plano Trienal de Acção para a Cooperação Educacional entre os Países Membros da CPLP", na sequência das conclusões e recomendações saídas da II Conferência dos Chefes de Estado e de Governo e congratularam-se com os resultados das reuniões técnicas já efectuadas, em Lisboa e Luanda, nos domínios das Estatísticas da Educação e do Ensino à Distância.

Os Ministros examinaram o processo de promoção e difusão da Língua Portuguesa, tendo recomendado a continuação das acções conducentes à nomeação dos órgãos dirigentes do Instituto Internacional de Língua Portuguesa, com vista à adopção do seu Plano de Actividades, de acordo com as conclusões da II Conferência de Ministros da Educação da CPLP.

- Os Ministros tomaram nota do Relatório de Actividades do Fundo Especial relativo ao exercício de 1998/1999 e aprovaram o Relatório e Contas da Execução Orçamental e o do Fundo Especial do exercício 1997/1998 e a proposta de Orçamento para o exercício 1999/2000 do Secretariado Executivo.
- Os Ministros congratularam-se com a realização da 1ª Reunião dos Pontos Focais de Cooperação, materializada no quadro da implementação do Acordo Geral de Cooperação, e recomendaram que doravante o Comité de Concertação Permanente adopte como procedimento a análise e aprovação dos relatórios do referido órgão.
- Os Ministros aprovaram o Regimento do Fundo Especial, de acordo com a recomendação da Cimeira da Praia, instrumento importante que se destina a consolidar a organização, a projectar a imagem da Comunidade, a promover a Língua Portuguesa, a fomentar a cooperação entre os Estados membros e a mobilizar recursos para a cooperação. Neste sentido, consideraram a necessidade de concentrar os recursos do Fundo Especial em acções de carácter estruturante e de impacto relevante para o desenvolvimento dos Estados membros e mandataram o Secretariado Executivo para elaborar um Plano Indicativo de utilização do Fundo Especial.
- Os Ministros escutaram a informação prestada por Sua Excelência o Senhor Ministro das Relações Exteriores de Angola e expressaram a sua mais profunda preocupação relativamente à gravidade da situação naquele Estado membro.

Em consequência, saudaram a decisão da Cimeira da OUA sobre Angola, aprovada em Argel, e expressaram a sua firme condenação aos persistentes e indiscriminados ataques desencadeados pelas forças militares da UNITA sob as



ordens de Jonas Savimbi contra as populações civis, em flagrante violação das disposições do Acordo de Lusaka e das Resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Tais acções criminosas provocam o agravamento da situação humanitária e representam uma séria ameaça à paz, à estabilidade e ao desenvolvimento sustentado na região central e austral do continente africano, pelo que consideraram imperioso que todos os Estados membros das Nações Unidas apliquem estritamente e sem ambiguidades as pertinentes Resoluções do Conselho de Segurança, por forma a pôr termo ao apoio e à assistência militar, incluindo o recrutamento e utilização de mercenários.

Os Ministros reiteraram a sua total solidariedade para com o Governo de Unidade e Reconciliação Nacional da República de Angola nos seus esforços em prol da defesa da integridade territorial, da paz e da democracia e encorajaram a aplicação das medidas adoptadas para debelar a crise económica do país.

Os Ministros congratularam-se com os esforços desenvolvidos pelas agências das Nações Unidas em Angola no domínio da assistência humanitária e apelaram à comunidade internacional para continuar a responder positivamente ao apelo do Secretário Geral das Nações Unidas a favor do incremento da ajuda às populações civis afectadas e, em especial, aos deslocados de guerra em Angola.

Os Ministros decidiram que a CPLP contribua, em parceria com outras Organizações Internacionais, com ajuda humanitária para minimizar o sofrimento das populações angolanas vítimas da guerra.

- Os Ministros escutaram a informação de Sua Excelência o Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação Internacional da Guiné-Bissau e notaram com apreço os resultados conseguidos pelos Acordos da Praia, de Abuja e de Lomé para a resolução do conflito na Guiné-Bissau. Neste contexto, sublinharam o papel desempenhado pelos Estados membros da CPLP e da CEDEAO na busca de uma paz duradoira e da reconciliação nacional na Guiné-Bissau.

Os Ministros regozijaram-se com a solidariedade activa demonstrada para com o povo da Guiné-Bissau pela comunidade internacional e apelaram para que se mantenha o apoio financeiro, técnico e material a este Estado membro, com vista a permitir a realização das eleições na data prevista e a iniciar, o mais rapidamente possível, a execução do programa de reconstrução nacional, de acordo com os compromissos assumidos na Mesa Redonda de Urgência, realizada em Genebra no passado mês de Maio.

Os Ministros exprimiram o desejo de que sejam bem sucedidas as consultas entre a Guiné-Bissau e a União Europeia, no âmbito da Convenção de Lomé, com vista à concessão do apoio necessário à reconstrução e reabilitação deste Estado membro.

- Os Ministros escutaram a informação prestada por Sua Excelência o Vice Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação de Moçambique em relação aos resultados positivos alcançados na implementação do programa quinquenal do governo moçambicano, particularmente na consolidação da paz e estabilidade, no reforço da democracia e na reabilitação económica e social do país.

Os Ministros expressaram igualmente a sua convicção de que estão criadas as condições essenciais para a realização bem sucedida das segundas eleições gerais multipartidárias em Moçambique, nos finais de 1999, sob a égide da Comissão Nacional de Eleições, composta por representantes das forças políticas com assento na Assembleia da República.

- Os Ministros expressaram o seu total apoio ao processo definido pelo Acordo de 5 de Maio entre Portugal e a Indonésia sobre a questão de Timor-Leste. Neste contexto, e nos termos do Acordo sobre as modalidades do processo de consulta, deliberaram constituir uma Missão de Observação para acompanhar o processo de consulta que será conduzido pelas Nações Unidas em Timor-Leste, tendo presente o código de conduta adoptado por aquela organização.

Os Ministros registaram a sua satisfação com a cooperação prestada por países membros da CPLP na mobilização de quadros para a UNAMET, por forma a garantir o êxito da consulta popular.

Os Ministros manifestaram a sua mais viva preocupação pela persistência da situação de insegurança no Território e apelaram às autoridades indonésias, e em particular às suas forças armadas, a respeitarem a neutralidade a que se obrigaram, pondo termo à instigação da violência e intimidação, a fim de serem criadas as condições para uma consulta genuinamente livre e democrática.

Os Ministros saudaram a postura construtiva de Xanana Gusmão, presidente do Conselho Nacional da Resistência Timorense, na busca permanente da paz e estabilidade para Timor-Leste e o esforço persistente para a edificação de



uma plataforma sólida de reconciliação e unidade nacionais, e reiteraram a necessidade da sua libertação imediata e de todos os prisioneiros timorenses.

Os Ministros expressaram a disponibilidade da CPLP para, em parceria com outras organizações, proporcionar a Timor-Leste a ajuda que se revele necessária.

- Os Ministros sublinharam a importância da realização de uma Cimeira entre a União Europeia e África, no primeiro semestre do ano 2000 no Cairo, durante a presidência portuguesa da União Europeia, e consideraram que esta Cimeira poderá constituir uma oportunidade privilegiada para redefinir e aprofundar a parceria existente entre si.
- Os Ministros aceitaram com satisfação o convite para que a próxima reunião do Conselho se realize em Moçambique e tomaram boa nota do apelo de Moçambique aos demais Estados membros e ao Secretariado Executivo no sentido de apoiarem os seus esforços de organização desse evento e da IIIª Conferência de Chefes de Estado e de Governo em Maputo, no ano 2000.
- Os Ministros expressaram a Portugal e à Vila de Cascais o seu agradecimento pelo acolhimento caloroso e pela hospitalidade fraterna dispensados a todos os participantes à reunião do Conselho de Ministros da CPLP.

*Cascais, 22 de Julho de 1999*